

Médico denuncia 'corrupção ética' no setor de saúde

Norma Albano/AE

De acordo com diretor do Sindicato dos Médicos de São Paulo, chefias de unidades de saúde e médicos fazem acordo para compensar baixos salários com carga horária reduzida o que acarreta prejuízo à população

O pediatra Ronaldo Fiore, 34 anos, diretor do Sindicato dos Médicos do Estado de São Paulo, denuncia "corrupção ética no sistema público de saúde" em que médicos, diretores de hospitais e postos de saúde fazem acordos de modo a compensar baixos salários com carga horária reduzida. O esquema, segundo Fiore, é de conhecimento dos secretários de saúde do Estado e município.

A negociação de horários e o revezamento nos plantões afetam diretamente a qualidade do atendimento prestado, o que aumenta o tempo de espera em hospitais e postos de saúde. "A mágica é que um médico poder ter quatro ou cinco empregos", diz. Para o pediatra Ronaldo Fiore, que trabalha há dez anos no sistema público de saúde, o maior culpado por essa situação é o próprio governo. "O médico é vítima e se transformou num simples peão", afirma. Em entrevista à repórter Stella Galvão, ele dá detalhes sobre o "esquema".

Estado — Como funciona o esquema dentro das unidades de saúde?

Ronaldo Fiore — É uma combinação entre a chefia e o diretor do hospital que permite ao médico o não-cumprimento da carga horária integral. Ele cumpre pela metade, em alguns casos apenas um quarto da carga horária e até menos, de comum acordo com o diretor da unidade. Isso começou há mais ou menos quatro anos e vem sendo ampliado nos últimos tempos.

Estado — Isso significa que, em certo momento, o paciente que recorre ao serviço público não é atendido?

Fiore — Não exatamente. Atendimento existe, mas a qualidade cai brutalmente porque num determinado hospital, há uma equipe com quatro clínicos escalados para trabalhar no plantão, mas só dois serão encontrados. Os demais não estão no hospital. Então, a população será prejudicada com maior espera e menor atenção.

Estado — É de se esperar que alguns pacientes sejam recusados?

Fiore — Em geral quando tem o médico não se recusa, mas a demora será muito maior no atendimento.

Estado — Essa situação afeta o atendimento de rotina?

Fiore — Sim, principalmente nos postos de saúde da rede estadual, onde os esquemas são maiores. Os médicos deveriam cumprir uma carga diária de quatro horas, de

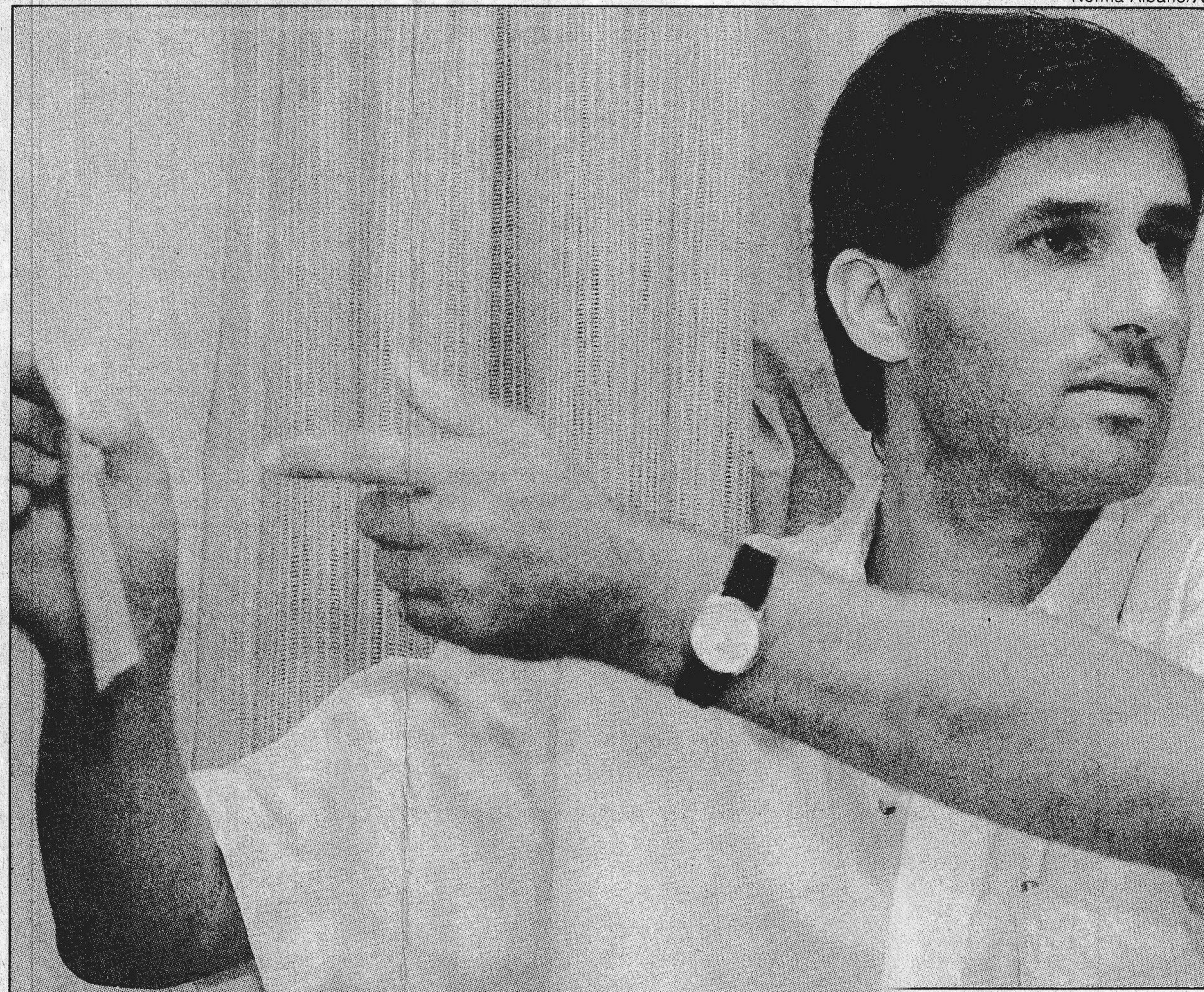
segunda a sexta. Os diretores fazem um acordo e em vez de cinco dias da semana, o médico passa ir apenas dois dias. E nesses dois dias ele tenta atingir a meta programada, que era de 16 pacientes por dia. Mas ele não consegue, pois teria de atender 80 pacientes em dois dias.

Estado — A diretoria sempre soube do que ocorria?

Fiore — Sim, tanto nos hospitais públicos do município quanto nos do Estado. O que varia é a característica porque há diferentes divisões dos horários.

Estado — Como se chegou a essa situação que o sr. qualifica de moral e eticamente condenável?

Fiore — As diretorias das unidades oferecem e permitem que o médico não cumpra a carga horá-



Ronaldo Fiore, do sindicato dos médicos: acordo faz crescer o tempo de espera em hospitais

ria integral e que ele possa fazer uma divisão, um revezamento, por causa do baixo salário. Infelizmente, o médico aceita. Em São Paulo, praticamente todos os médicos do serviço público, com raras exceções, estão envolvidos nesse tipo de esquema.

Estado — Então essa realidade não escapa à esfera oficial?

Fiore — Não. Os diretores das unidades, em geral médicos, ocupam cargos de confiança e são indicados pelos secretários de saúde. Portanto, há responsabilidade por parte dos governos municipal e estadual e dos secretários. Estão todos envolvidos.

também essa insatisfação crônica. "Entendo que há uma política deliberada do governo para abandonar o setor da saúde", acredita Regina. "Os médicos trabalham em condições péssimas e isso é uma comprovação", comenta.

Evasão — Em fevereiro, o Estado pagou CR\$ 507 mil pela jornada de 40 horas semanais em hospital, segundo o chefe de gabinete da Secretaria de Saúde, José Ênio Servi-

Estado — Há outra explicação além do fator salarial?

Fiore — A diretoria alega, informalmente, que é uma tática para conseguir preencher o quadro de médicos. Os acordos são propostos para atrair o médico para o serviço público.

Estado — Esses acordos são exclusivamente verbais?

Fiore — Sim. Se você for verificar a folha de ponto dos médicos do serviço público no mês de fevereiro, elas estarão completas, como se os horários tivessem sido cumpridos integralmente. Se o médico faltar, ele assina depois. Agora, qualquer diretor de hospital vai

dizer que desconhece isso, mas o ponto está lá para o médico assinar quando quiser.

Estado — E se o médico faltar mesmo no dia do revezamento?

Fiore — Aí o diretor corta o ponto de todos porque o esquema foi quebrado. Isso acontece às vezes e ele não tem como justificar porque o atendimento não foi feito. Ele vai ter de transferir doentes para outros hospitais.

Estado — Como essa situação pode ser revertida?

Fiore — Eu acredito que possa mudar, apesar do descrédito de muitos colegas que já incorporaram essa situação. Minha intenção é provocar uma ampla discussão entre todos os envolvidos, incluindo a população para acabar com esse jogo de faz-de-conta.

Na entidade em que Ronaldo Fiore é membro — Sindicato dos Médicos do Estado de São Paulo —, a denúncia feita por ele criou constrangimento. "Essas informações não procedem", garante Tito César Nery, presidente do sindicato. No entanto, o secretário-geral do sindicato, Frederico Dantas Anjos, confirmou as informações do pediatra. "Os diretores de hospitais oferecem vantagens para segurar os médicos", afirma. (S.G.)

Município paga 30 horas, mas abate 6 horas

A Secretaria Municipal da Saúde espera atrair candidatos em concursos para preencher vagas na rede pública oferecendo contrato de 30 horas, mas trabalho por apenas 24 horas. A diferença de seis horas, conforme anúncio publicado em jornais em novembro do ano passado, será destinada ao desenvolvimento profissional. O secretário Silvano Raia, que aprovou a ideia, nega que isso implique "dividir a carga horária em gomos". Os médicos, segundo ele, devem preencher o tempo livre assistindo a vídeos no hospital com temas de atualização em medicina ou participando de reuniões-debate em faculdades de medicina.

A novidade, porém, beneficia, num primeiro momento, unicamente os médicos contratados em regime de emergência. Essa estratégia foi adotada na administração anterior, mantida na atual e agora colocada em prática também na área estadual com a finalidade de tentar substituir os profissionais que pedem demissão. Silvano Raia afirma que, em seis meses de gestão, já admitiu 1.670 profissionais. "Vamos repondo, à medida que outros vão saindo", explica.

Os críticos desse recurso acusam o governo de perpetuar as contratações de emergência. "Esses médicos não têm vínculo obrigatório com a instituição onde trabalham, faltam com frequência e terminam penalizando os concursados", avalia Frederico Dantas Anjos, secretário-geral do Sindicato dos Médicos. O secretário Silvano Raia afirma que, a princípio, é favorável ao cumprimento integral do horário. "Eticamente o médico deve cumprir o horário para o qual foi contratado e para o qual foi escalado pela chefia imediata e isso deve ser cumprido", defende.

Porém, ele pretende restituir o caráter liberal da profissão na área pública. "O médico é livre, não deve agir como funcionário público que tem hora para bater ponto", comenta. Para ilustrar, ele conta uma piada corrente no Hospital das Clínicas: Há um médico residente atendendo um doente em grave estado. Passa um padre e o residente pede que dê a extrema unção ao doente. Ele nega-se com a seguinte resposta: não estou de plantão. Na última quarta-feira, na reunião do conselho gestor do Hospital Ferraz de Vasconcelos, onde o médico pediatra Ronaldo Fiore trabalha, ficou decidido que seria afixada na porta a lista dos plantonistas de cada dia. O conselho tem a participação dos moradores. "Agora vamos ver se a direção vai cumprir", desafia. (S.G.)

Entidades afirmam desconhecer 'esquema'

A denúncia do pediatra Ronaldo Fiore foi recebida com reservas por entidades de sua área e secretários de saúde. Existe a confirmação de que o desempenho dos médicos, em geral, não corresponde às expectativas. "Não tenho conhecimento de nenhum acordo, mas sei que às vezes há problemas no cumprimento da jornada de trabalho", afirma Regina Ribeiro Carvalho, presidente do Conselho de Medicina do Estado

de São Paulo (Cremesp), que fiscaliza os médicos.

Existe uma máxima citada por médicos durante as greves, segundo Regina, pelo menos desde a década de 80, que retrata essa situação: "O médico finge que trabalha e o governo finge que paga". De acordo com a presidente do Cremesp, as chefias nos hospitais demonstram diferentes graus de rigor. O fato de o médico estar deixando o serviço público explicaria